



## **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS**

### **PROVIMENTO Nº 05, DE 05 DE ABRIL DE 2013.**

*Dispõe sobre a utilização exclusiva de meio eletrônico para requisição de policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários, peritos criminais, assim como de pessoas presas, para comparecimento a qualquer ato ou procedimento judicial, no primeiro grau de jurisdição do Estado de alagoas e dá outras providências.*

**O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADOR ALCIDES GUSMÃO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e,

**CONSIDERANDO** o preceituado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, onde se determina que a todos é assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88, cujo teor reclama a eleição de meios mais céleres e menos onerosos para a consecução dos fins da Administração;

**CONSIDERANDO** as recomendações do e. Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no que concerne à efetiva utilização de sistemas eletrônicos, objetivando o intercâmbio de informações para o alcance da celeridade da prestação jurisdicional e para o efetivo cumprimento das decisões judiciais;

**CONSIDERANDO** que o não comparecimento aos atos e procedimentos judiciais de policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e pessoas presas, quando requisitadas, traz graves prejuízos à prestação jurisdicional;

**CONSIDERANDO** a dificuldade no controle da tempestividade e efetividade do cumprimento de referenciadas requisições e a necessidade de obter e organizar informações que tornem possíveis a apuração de eventuais responsabilidades no âmbito do Poder Judiciário Alagoano; e

**CONSIDERANDO** o contido no Ofício nº 270-110/2012, lavrado pelo Juiz de Direito Domingos de Araújo Lima Neto e o que mais consta dos autos do Processo Administrativo nº 01863-8.2012.002,

### **RESOLVE:**

~~Art. 1º Determinar que os Magistrados, ao requisitarem a presença de policiais civis e militares, agentes penitenciários, peritos criminais, pessoas presas e adolescentes internos, para participação em atos ou procedimentos judiciais, o façam, única e exclusivamente, por meio eletrônico.~~

Art. 1º Determinar que os Magistrados, ao requisitarem a presença de policiais civis e militares, agentes penitenciários, peritos criminais e pessoas presas para participação em atos ou procedimentos judiciais, o façam, única e exclusivamente, por meio eletrônico.  
(Redação dada pelo Provimento n. 06, de 23 de abril de 2013)



## **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS**

§1º As requisições a que se referem o *caput* deste artigo, enquanto não criado sistema *extrajus* próprio, deverão ser encaminhadas à entidade ou ao órgão ao qual as pessoas acima elencadas estejam vinculadas, *por e-mail*, mediante o preenchimento e envio do formulário, que integra o ANEXO I deste Provimento.

§2º Os endereços de correio eletrônico disponibilizados para instrumentalização do disposto neste Provimento, são os seguintes:

I – Delegacia Geral Polícia Civil: [dgpc@pc.al.gov.br](mailto:dgpc@pc.al.gov.br)

II – Comando Geral da Polícia Militar: [corregedoria@pm.al.gov.br](mailto:corregedoria@pm.al.gov.br)

III – Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar: [corregedoria@bombeiros.al.gov.br](mailto:corregedoria@bombeiros.al.gov.br)

IV – Instituto de Criminalística Perito Dely Ferreira da Silva: [ic-al@hotmail.com](mailto:ic-al@hotmail.com)

V - Superintendência Geral de Administração Penitenciária:

~~a) para apresentação de presos: [audiencias@sgap.al.gov.br](mailto:audiencias@sgap.al.gov.br)~~

a) para apresentação de presos: [audiencia@seris.al.gov.br](mailto:audiencia@seris.al.gov.br) **(Redação dada pelo Provimento n. 33, de 20 de julho de 2016)**

~~b) para apresentação de servidores: [justicangdp@sgap.al.gov.br](mailto:justicangdp@sgap.al.gov.br)~~

b) para apresentação de servidores: [justicacevp@seris.al.gov.br](mailto:justicacevp@seris.al.gov.br) **(Redação dada pelo Provimento n. 33, de 20 de julho de 2016)**

§3º As requisições deverão ser realizadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, entre a data da remessa do e-mail e a data da realização do ato ou procedimento judicial, ressalvados os casos de extrema urgência, devidamente justificados e encaminhados ao conhecimento da Corregedoria Geral da Justiça.

§4º As requisições de adolescentes infratores serão feitas pela via convencional, diretamente aos estabelecimentos oficiais de internamento. **(Incluído pelo Provimento n. 06, de 23 de abril de 2013)**

Art. 2º A secretaria da unidade jurisdicional certificará a apresentação, ou não, dos requisitados, bem como se foi devidamente realizado o ato ou procedimento judicial, utilizando-se, para tanto, do formulário que integra o ANEXO II deste Provimento, ao tempo em que entregará cópia ao apresentado ou, se for o caso, à autoridade condutora.

§1º Em não havendo o comparecimento, deverá o magistrado oficial à entidade ou ao órgão ao qual a pessoa requisitada esteja vinculada, a fim de que apresente justificativa, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o não atendimento da requisição.

§2º Findo o limite temporal mencionado no §1º deste artigo e não apresentada a justificativa, ou não sendo esta plausível, caberá ao magistrado requisitante, no prazo de 3 (três) dias, o encaminhamento ao Ministério Público de toda a documentação necessária, a fim de que seja apurada a ocorrência, com adoção das medidas cabíveis à espécie.

## **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS**

Art. 3º As requisições e as comunicações de que tratam este Provimento deverão originar-se, exclusivamente, dos *e-mails* institucionais das respectivas unidades judiciárias, sob a responsabilidade de servidores devidamente designados pelo magistrado e comunicados à entidade ou ao órgão ao qual a pessoa requisitada esteja vinculada.

§1º Todas as requisições e comunicações deverão ser enviadas com “confirmações de leitura” do e-mail pelo destinatário, para fins de comprovação do seu recebimento, caso haja necessidade.

§2º As requisições destinadas a endereços eletrônicos diversos do mencionado neste Provimento não terão efeito obrigacional para os órgãos, entidades e unidades envolvidas.

Art. 4º Nas comarcas do interior do Estado de Alagoas, as requisições de presos recolhidos em cadeias públicas, dar-se-á com o encaminhamento de ofício, também por meio eletrônico, ao responsável pela unidade prisional onde se encontre o preso.

Art. 5º O magistrado deverá envidar esforços, no sentido de entrar em entedimento com às entidades ou órgãos aos quais possam ser dirigidas as requisições aqui tratadas, objetivando planejar, de comum acordo, as datas desimpedidas e convenientes às apresentações de que trata este Provimento, com o fito de evitar a frustração da prática de atos e procedimentos judiciais e o desperdício de tempo, recursos humanos e materiais.

Art. 6º O envio de expedientes na forma tradicional (em papel), para os fins previstos neste Provimento, será permitido pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua vigência, período no qual os juízes deverão solicitar à Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação - DIATI a criação de e-mail, nos casos em que necessário, como também sua habilitação e a de seus servidores para respectiva utilização.

§1º Após o prazo estipulado no *caput* deste artigo, fica terminantemente proibida a remessa de expediente em meio físico à entidade ou ao órgão ao qual a pessoa requisitada esteja vinculada, ressalvados os casos de inoperância técnica dos sistemas eletrônicos disponibilizados, devendo esta excepcionalidade constar do ofício formulado.

§2º Nos casos de encaminhamento de expediente para fins de requisição de pessoas em desacordo com este Provimento, a entidade ou o órgão ao qual a pessoa requisitada esteja vinculada estará desautorizado a recebê-lo e deverá informar a esta Corregedoria Geral da Justiça, para as providências administrativas necessárias.

Art. 7º Caberá à Diretoria-Adjunta de Tecnologia da Informação – DIATI, a elaboração de sistema *extrajus*, para os fins de que trata este Provimento, objetivando aprimorar o intercâmbio de informações entre os órgãos e respectivas unidades mencionadas neste instrumento normativo.

Art. 8º Este provimento entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS**

Desembargador **ALCIDES GUSMÃO DA SILVA**  
Corregedor Geral de Justiça



PODER,  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS**

**ANEXO I A QUE SE REFERE O §1º, DO ART. 1º DO PROVIMENTO Nº 05/2013**

**MODELO DE REQUISIÇÃO**

Nos termos abaixo, formulo a seguinte requisição para **apresentação** em AUDIÊNCIA:

COMARCA:
VARA:
NÚMERO DO PROCESSO:
FINALIDADE DA AUDIÊNCIA:
DATA DA AUDIÊNCIA:
HORA DA AUDIÊNCIA:
LOCAL DA AUDIÊNCIA:
NOME DO JUIZ REQUISITANTE:

REQUISITADO	NOME COMPLETO	FILIAÇÃO	DOCUMENTO	CONDIÇÃO
1 – Policial Militar 2 – Policial Civil 3 – Bombeiro Militar 4 – Agente Penitenciário 5 – Perito Criminal 6 – Preso(a) 7 – Adolescente Interno				1 – Réu 2 – Vítima 3 – Testemunha 4 - Outro

Local e data

Nome do Servidor

Nome e assinatura do Magistrado



**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS**

**ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 2º DO PROVIMENTO Nº 05/2013**

**MODELO DE CERTIDÃO**

**Certifico que a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s), foi(ram) apresentadas(s) nesta Unidade Jurisdicional (Vara e Comarca), de acordo com a requisição para comparecimento à audiência designada para as \_\_\_\_: \_\_\_\_ horas, do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, referente ao processo nº \_\_\_\_\_.**

REQUISITADO	NOME COMPLETO	FILIAÇÃO	DOCUMENTO	CONDIÇÃO
1 – Policial Militar 2 – Policial Civil 3 – Bombeiro Militar 4 – Agente Penitenciário 5 – Perito Criminal 6 – Preso(a) 7 – Adolescente Interno				1 – Réu 2 – Vítima 3 – Testemunha 4 – Outro

**Certifico, ainda, que não que não foi(ram) apresentadas(s) a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s):**

REQUISITADO	NOME COMPLETO	FILIAÇÃO	DOCUMENTO	CONDIÇÃO
1 – Policial Militar 2 – Policial Civil 3 – Bombeiro Militar 4 – Agente Penitenciário 5 – Perito Criminal 6 – Preso(a) 7 – Adolescente Interno				1 – Réu 2 – Vítima 3 – Testemunha 4 – Outro

**Certifico, por fim, que:**

- (        ) O ato **restou devidamente realizado**.  
(        ) O ato **foi realizado, apesar** da não apresentação requisitada.  
(        ) O ato **deixou de ser realizado** em face da não apresentação da pessoa requisitada.

Local e data.

Nome e assinatura do Escrivão/Chefe de Secretaria